

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – Advogado de Estado – Responsabilidade – Função advocatícia – Advocacia pública – Advocacia privada – Tribunal de Contas – Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto – Código de Processo Civil	95
ADVOCACIA PRIVADA – Advocacia pública – Advocacia Geral da União – Função advocatícia – Advogado de Estado – Responsabilidade – Função advocatícia – Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto – Tribunal de Contas – Código de Processo Civil	95
ADVOCACIA PÚBLICA – Advocacia privada – Advocacia Geral da União – Função advocatícia – Advogado de Estado – Responsabilidade – Função advocatícia – Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto – Tribunal de Contas – Código de Processo Civil	95
ADVOGADO DE ESTADO – Responsabilidade – Função advocatícia – Advocacia pública – Advocacia privada – Advocacia Geral da União – Tribunal de Contas – Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto – Código de Processo Civil	95
AGU ver Advocacia Geral da União	
ÁGUA E ESGOTO – Serviço público – Prolagos S/A – Inadimplência – Embargo de declaração – Omissão de interesse – Código de Processo Civil, art. 535, II – Recurso Especial nº 1.018.557-RJ	433
ALDE SANTOS JÚNIOR – Precatórios – Sequestros sem Preterição do Direito de Precedência – Limites e Âmbito de Aplicação do Parágrafo 4º do Artigo 78 do ADCT	25
ALESSANDRA CRISTINA TUFVESSON PEIXOTO – Funcionalização <i>versus</i> Comunitarismo: Análise da Proteção aos Direitos Existenciais	30
ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – Parecer nº 03/2007 – Projeto de Lei nº 240, de 2007 – Obriga as Escolas de Ensino Fundamental e Médio, das Redes Estadual e Privada, a monitorar o índice de massa corporal (IMC) dos alunos matriculados – Iniciativa Parlamentar – Inconstitucionalidade por criar despesas sem a iniciativa governamental e por dispor sobre competências de Órgãos Públicos	317
AMIANTO – Crisotila – Efeitos do uso – Proibição – Disciplina jurídica – Brasil – Outros países – Supremo Tribunal Federal – Inconstitucionalidade – Constituição Federal – Lei nº 9.055, de 10 de julho de 1995 – Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, art. 9º, § 1º	487
ANA PAULA SERAPIÃO – Parecer nº 01/2007 – Pecúlio <i>post mortem</i> . Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, Artigo 24, XII, da Constituição Federal. Artigo 5º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 – Norma geral de observância obrigatória pelos Estados-membros. Impossibilidade de pagamento pelo RIOPREVIDÊNCIA de benefícios outros que não aqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Suspensão da eficácia	

das normas instituidoras do aludido benefício no âmbito estadual. Ilegalidade do Decreto Estadual nº 32.725, de 30 de janeiro de 2003

ANDRÉ CANTANHEDE AMÉLIO – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – Claudio Roberto P. Marques – Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) – Licenciamento Ambiental – Via férrea	437
APRESENTAÇÃO	17
ARNOLDO WALD – Donaldo Armelin – A disciplina jurídica do amianto no Ordenamento Jurídico Nacional	41

C

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO – Artigo 944 do Código Civil: o problema da mitigação do princípio da reparação integral	69
CEG ver Companhia Estadual de Gás	
CERIMÔNIA DE POSSE – Discurso – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – Classe Inicial da Carreira de Procurador do Estado – XV Concurso – Procuradora-Geral do Estado	506
CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVEIRA – Contestação – Ação civil pública proposta pela Defensoria Pública da União, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela – Obrigação de fazer – Regularização do serviço de saúde nos atendimentos de emergência em hospitais públicos do Município do Rio de Janeiro, mediante aquisição de equipamentos médicos ou contratação de profissionais	487
— Parecer nº 03/2007 – Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Indefinição da autoria da transgressão. Possibilidade. Prescindibilidade de sindicância prévia. Inteligência do artigo 306 do Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979 (Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça	368
CLAUDIO ROBERTO P. MARQUES – André Cantanhede Amélio – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) – Licenciamento Ambiental – Via férrea	437
COMPANHIA ESTADUAL DE GÁS – Petrobrás – Gás natural – Fornecimento – Distribuição – Ação civil pública – Danos materiais – Danos morais – Indenização – Código de Defesa e Proteção do Consumidor	462
COMUNITARISMO – Pluralismo – Liberalismo – Funcionalização – Direito Civil Constitucional – Direitos existenciais	30
CONCURSO PÚBLICO – Procurador do Estado do Rio de Janeiro – Ingresso na Classe inicial – 15º Concurso – Regulamento – Programa – Designação da Comissão organizadora – Edital de abertura de inscrições – Designação da Comissão examinadora – Prova escrita geral – Provas escritas específicas – Resultado final	505

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – Competência – Licenciamento ambiental – Unidades de conservação – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Resolução CONAMA nº 13/90 – Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 – Processo Administrativo nº E-07/201.818/08 – Parecer nº 03/2008-RD	398
CONTRATOS – Boa-fé – Equilíbrio contratual – Responsabilidade pós-contratual – Obrigações – Pós-eficácia – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Eficácia continuada – Regime jurídico – Código Civil – Princípios sociais	203
CORREÇÃO MONETÁRIA – Obrigações pecuniárias – Juros – Regulação – Planilha de cálculo – Direito Cambiário – Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	177
CRISOTILA – Amianto – Efeitos do uso – Proibição – Disciplina jurídica – Brasil – Outros países – Supremo Tribunal Federal – Inconstitucionalidade – Constituição Federal – Lei nº 9.055, de 10 de julho de 1995 – Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, art. 9º, § 1º	41

D

DANO AMBIENTAL – Infração ambiental – Responsabilidade civil – Responsabilidade administrativa – Responsabilidade objetiva – Teoria do risco – Princípio da culpabilidade	255
DANOS MATERIAIS – Danos morais – Indenização – Companhia Estadual de Gás – Petrobrás – Gás natural – Fornecimento – Distribuição – Ação civil pública – Código de Defesa e Proteção do Consumidor	462
DANOS MORAIS – Danos materiais – Indenização – Companhia Estadual de Gás – Petrobrás – Gás natural – Fornecimento – Distribuição – Ação civil pública – Código de Defesa e Proteção do Consumidor	462
DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO – A responsabilidade do Advogado de Estado	95
DIREITO CAMBIÁRIO – Correção monetária – Obrigações pecuniárias – Juros – Regulação – Planilha de cálculo – Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	177
DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL – Funcionalização – Pluralismo – Comunitarismo – Liberalismo – Direitos existenciais	30
DIREITOS EXISTENCIAIS – Funcionalização – Pluralismo – Comunitarismo – Liberalismo – Direito Civil Constitucional	30
DIREITOS FUNDAMENTAIS – Constituição Federal – Legalidade administrativa – Juridicidade administrativa – Neoconstitucionalismo	181
DISCIPLINA JURÍDICA – Amianto – Crisotila – Efeitos do uso – Proibição – Brasil – Outros países – Supremo Tribunal Federal – Inconstitucionalidade – Constituição Federal – Lei nº 9.055, de 10 de julho de 1995 – Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, art. 9º, § 1º	41
DONALDO ARMELIN – Arnoldo Wald – A disciplina jurídica do amianto no Ordenamento Jurídico Nacional	41

E

EFEITO VINCULANTE – Súmula vinculante – Atipicidade – Excesso de litigiosidade – Representação interpretativa – Súmulas – Supremo Tribunal Federal – Separação dos Poderes – Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006	119
EFICÁCIA CONTINUADA – Regime jurídico – Obrigações – Pós-eficácia – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Código Civil – Princípios sociais – Contratos – Boa-fé – Equilíbrio contratual – Responsabilidade pós-contratual	203
ELIAS GAZAL ROCHA – Anotações sobre o novo regime da súmula vinculante	119
ESCOLAS – Rede Estadual – Rede Privada – Ensino Fundamental – Ensino Médio – Índice de massa corporal – Monitoração dos alunos – Projeto de Lei nº 240/2007 – Parecer nº 03/2007-ASA	317

F

FABRÍCIO DO ROZÁRIO VALLE DANTAS LEITE – Parecer nº 69/2007 – Consulta. Regime Especial. Suspensão do ICMS decorrente de remessa para industrialização sem prazo de devolução. Inaplicabilidade de regime especial a obrigação principal. Falta de fundamentação e de racionalidade	393
FAZENDA PÚBLICA – Pós-positivismo – Neoconstitucionalismo – Normas jurídicas	291
FEEMA ver Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente	
FLÁVIO DE ARAUJO WILLEMANN – Os Tribunais de Contas e a responsabilidade patrimonial do Estado	154
— Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – Ação Civil Pública – Obrigação de não fazer – Não suspender e/ou reduzir unilateralmente o fornecimento e distribuição de gás natural – Indenização de danos materiais e morais em face aos consumidores	462
FLÁVIO LESSA BERALDO MAGALHÃES – Lucia Léa Guimarães Tavares – Recurso especial – Violação do art. 535 do Código de Processo Civil – Decisão do Tribunal Estadual que não apreciou os argumentos aduzidos pelo Estado – Anulação do acórdão recorrido	454
FELIPE DERBLI C. BAPTISTA – Parecer nº 04/2007 – Servidor público. Aposentadoria. Inteligência do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Carreira: classes de cargos públicos integrantes de um mesmo quadro de pessoal, escalonadas hierarquicamente em progressão vertical; atividades distribuídas em grau crescente de responsabilidade e/ou complexidade das classes inferiores para as superiores; provimento de categoria mediante a promoção, por antiguidade ou merecimento, alternadamente, de servidor ocupante de cargo da categoria imediatamente inferior. Inviabilidade do cômputo dos tempos de exercício de emprego público e de cargo público decorrente da transformação do primeiro para fins de atendimento do prazo de cinco anos no mesmo cargo. Observância da	

contributividade do regime previdenciário. Razoabilidade-equivalência: exigência de um mínimo de correspondência entre a contribuição previdenciária ao longo do tempo e o valor fixado para os proventos	376
FUNÇÃO ADVOCATÍCIA – Advogado de Estado – Responsabilidade – Função advocatícia – Advocacia pública – Advocacia privada – Advocacia Geral da União – Tribunal de Contas – Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto – Código de Processo Civil	95
FUNCIONALIZAÇÃO – Pluralismo – Comunitarismo – Liberalismo – Direito Civil Constitucional – Direitos existenciais	30
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – Licenciamento ambiental – Unidades de conservação – Conselho Nacional do Meio Ambiente – Competência – Resolução CONAMA nº 13/90 – Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 – Processo Administrativo nº E-07/201.818/08 – Parecer nº 03/2008-RD	398
____ Licenciamento Ambiental – Via férrea – Município de Barra Mansa – Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo – Resolução CONAMA nº 349/2004 – Processo nº 2007.51.01.002.235-7	437
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Servidor público – Previdência Social – Pecúlio <i>post mortem</i> – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – Processo Administrativo nº E-01/703.109/2002 – Parecer nº 01/2007-APSE	361

G

GÁS NATURAL – Fornecimento – Distribuição – Companhia Estadual de Gás – Petrobrás – Ação civil pública – Danos materiais – Danos morais – Indenização – Código de Defesa e Proteção do Consumidor	462
---	-----

H

HOSPITAL PÚBLICO – Emergência – Município do Rio de Janeiro – Aquisição de equipamentos – Contratação de pessoal – Ação civil pública – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Contestação com pedido de antecipação dos efeitos da tutela – Processo nº 2007.51.01.017751-0	487
---	-----

I

ICMS ver Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	
IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – Diferimento – Lei Estadual nº 5.037, de 6 de junho de 2007, artigos 3º e 5º – Processo nº E-04/401.668/07 – Parecer nº 2/2007	345
____ Regime Especial – Consulta – PSTP Brasil Ltda. – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Suspensão – Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000 – Parecer nº 69/07-FDL	393

____ Regime Especial – Requerimento – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Processo de industrialização – Saída de mercadoria – Decreto Estadual nº 35.220, de 15 de abril de 2007 – Processo Administrativo nº E-34/137117/2007 – Parecer nº 04/JAFS/PG-03/2007	376
INDENIZAÇÃO – Quantificação – Desproporcionalidade – Presunção de culpa – Responsabilidade civil – Reparação integral – Código Civil, art. 944, parágrafo único	69
ÍNDICE DE MASSA CORPORAL – Monitoração dos alunos – Escolas – Redes Estadual e Privada – Ensino Fundamental e Médio – Projeto de Lei nº 240/2007 – Parecer nº 03/2007	317
INFRAÇÃO AMBIENTAL – Dano ambiental – Responsabilidade civil – Responsabilidade administrativa – Responsabilidade objetiva – Teoria do risco – Princípio da culpabilidade	255
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Servidor público – Previdência Social – Pecúlio <i>post mortem</i> – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – Processo nº E-01/703.109/2002 – Parecer nº 01/2007-APSE	361
____ Pensão previdenciária – Habilitação – Relação homoafetiva – Lei Estadual nº 5034, de 29 de maio de 2007 – Processo Administrativo nº E-01-70842/2003 – Parecer nº 02/07-MFL/MASR	384
IPERJ ver Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro	

J

JOSÉ ALFREDO FERRARI SABINO – Parecer nº 04/2007 – Requerimento de Regime Especial. Limites impostos por norma regulamentar. Indeferimento. Alternativa	354
JORGE RUBENS FOLENA DE OLIVEIRA – Sandra Maria do Couto e Silva – Dos <i>royalties</i> do petróleo: o princípio federativo e a competência dos Estados para editarem leis sobre sua cobrança e fiscalização	286
JUDICIALIZAÇÃO EXCESSIVA – Medicamentos – Fornecimento gratuito – Constitucionalismo – Saúde pública – Sistema Único de Saúde – Relação Nacional de Medicamentos – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Parecer s/nº/2007	320
JULGAMENTO DE CONTAS – Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Omissão de fiscalização – Separação dos poderes – Responsabilidade patrimonial – Responsabilidade civil – Estado	154
JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA – Legalidade administrativa – Neoconstitucionalismo – Constituição Federal – Direitos fundamentais	181
JUROS – Regulação – Planilha de cálculo – Direito Cambiário – Obrigações pecuniárias – Correção monetária – Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	177

L

LEGALIDADE ADMINISTRATIVA – Juridicidade administrativa – Neoconstitucionalismo – Constituição Federal – Direitos fundamentais	181
LETÁCIO JANSEN – A (in) disciplina das obrigações pecuniárias na Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	177
LIBERALISMO – Comunitarismo – Pluralismo – Funcionalização – Direito Civil Constitucional – Direitos existenciais	30
LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Unidades de conservação – Conselho Nacional do Meio Ambiente – Competência – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Resolução CONAMA nº 13/90 – Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 – Processo Administrativo nº E-07/201.818/08 – Parecer nº 03/2008-RD	398
LITIGIOSIDADE – Excesso – Súmula vinculante – Efeito vinculante – Atipicidade – Representação interpretativa – Súmulas – Supremo Tribunal Federal – Separação dos Poderes – Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006	119
LUCIALÉA GUIMARÃES TAVARES – Apresentação	17
___ Discurso da Procuradora-Geral do Estado na cerimônia de posse dos aprovados no 15º Concurso	506
___ Flávio Lessa Beraldo Magalhães – Recurso especial – Violação do art. 535 do Código de Processo Civil – Decisão do Tribunal Estadual que não apreciou os argumentos aduzidos pelo Estado – Anulação do acórdão recorrido	454
LUÍS ALBERTO MIRANDA GARCIA DE SOUZA – Parecer nº 02/2007 – ICMS – Diferimento. Lei estadual nº 5.037, de 6 de junho de 2007, arts. 3º e 5º. Revogação do art. 17, § 5º, da Lei Estadual nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, no qual se previa a competência do Poder Executivo para submeter operações e prestações ao regime de diferimento. Análise dos efeitos da nova lei	345
LUIS ROBERTO BARROSO – Parecer s/nº/2007 – Fornecimento gratuito de medicamentos por decisão do Poder Judiciário. Importância da tutela dos direitos fundamentais. Riscos da judicialização excessiva. Sugestão de parâmetros e critérios	320

M

MARCELLE VALPAÇOS FONSECALIMA – Marco Antonio dos Santos Rodrigues – Parecer nº 02/2007 – Pensão previdenciária. Habilitação. Relação homoafetiva. Lei Estadual nº 5.034, de 29 de maio de 2007. Possibilidade de aplicação a óbitos anteriores a sua vigência. Interpretação histórico-autêntica da Lei nº 285, de 3 de dezembro de 1979. Deferimento do pedido	384
MARCO ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES – Neoconstitucionalismo e legalidade administrativa: a juridicidade administrativa e sua relação com os Direitos Fundamentais	181
___ Marcelle Valpaços Fonseca Lima – Parecer nº 02/2007 – Pensão previdenciária.	

Habilitação. Relação homoafetiva. Lei estadual nº 5.034, de 29 de maio de 2007. Possibilidade de aplicação a óbitos anteriores a sua vigência. Interpretação histórico-autêntica da Lei nº 285, de 3 de dezembro de 1979. Deferimento do pedido	384
MAURICIO MOTA – A pós-eficácia das obrigações revisitada	203
MEDICAMENTOS – Fornecimento gratuito – Judicialização excessiva – Constitucionalismo – Saúde pública – Sistema Único de Saúde – Relação Nacional de Medicamentos – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Parecer s/nº /2007	320

N

NEOCONSTITUCIONALISMO – Constituição Federal – Direitos fundamentais – Legalidade administrativa – Juridicidade administrativa	181
___ Pós-positivismo – Fazenda Pública – Normas jurídicas	291

O

OAB ver Ordem dos Advogados do Brasil	
OBRIGAÇÕES – Pós-eficácia – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Eficácia continuada – Regime jurídico – Código Civil – Princípios sociais – Contratos – Boa-fé – Equilíbrio contratual – Responsabilidade pós-contratual	203
OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS – Correção monetária – Juros – Regulação – Planilha de cálculo – Direito Cambiário – Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	177
OMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO – Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Julgamento de contas – Separação dos poderes – Responsabilidade patrimonial – Responsabilidade civil – Estado	154
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – Estatuto – Função advocatícia – Advogado de Estado – Responsabilidade – Função advocatícia – Advocacia pública – Advocacia privada – Advocacia Geral da União – Tribunal de Contas – Código de Processo Civil	95

P

PECÚLIO POST MORTEM – Previdência social – Servidor público – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – Processo Administrativo nº E-01/703.109/2002 – Parecer nº 01/2007-APSE	361
PETROBRÁS – Companhia Estadual de Gás – Gás natural – Fornecimento – Distribuição – Ação civil pública – Danos materiais – Danos morais – Indenização – Código de Defesa e Proteção do Consumidor	462

PLURALISMO – Comunitarismo – Liberalismo – Funcionalização – Direito Civil Constitucional – Direitos existenciais	30
PODER DISCIPLINAR – Uruguai – Conceito – Princípios – Sanção disciplinar – Direito Penal	266
PÓS-EFICÁCIA – Obrigações – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Eficácia continuada – Regime jurídico – Código Civil – Princípios sociais – Contratos – Boa-fé – Equilíbrio contratual – Responsabilidade pós-contratual	203
PÓS-POSITIVISMO – Neoconstitucionalismo – Fazenda Pública – Normas jurídicas	291
PRECATÓRIO – Sequestro de valores – Fazenda Pública – Inclusão orçamentária – Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 – ADCT, art. 48	25
PRESUNÇÃO DE CULPA – Indenização – Quantificação – Desproporcionalidade – Responsabilidade civil – Reparação integral – Código Civil, art. 944, parágrafo único	69
PREVIDÊNCIA SOCIAL – Pecúlio <i>post mortem</i> – Servidor público – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – Processo Administrativo nº E-01/703.109/2002 – Parecer nº 01/2007-APSE	361
PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE – Dano ambiental – Infração ambiental – Responsabilidade civil – Responsabilidade administrativa – Responsabilidade objetiva – Teoria do risco	255
PRINCÍPIOS SOCIAIS – Código Civil – Obrigações – Pós-eficácia – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Eficácia continuada – Regime jurídico – Contratos – Boa-fé – Equilíbrio contratual – Responsabilidade pós-contratual	203
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Transgressão – Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro – Processo Administrativo nº E-32/4971/0006/2005 – Parecer nº 03/2007-COT	361

R

RAFAEL LIMA DAUDT D'OLIVEIRA – Parecer nº 03/2008 – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) – Resolução CONAMA n.º 13/90. Entorno das unidades de conservação. Inconstitucionalidade. Advento da Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000	398
RAUL TEIXEIRA – A questão da responsabilidade no dano ambiental. Infrações administrativas. Princípio da culpabilidade	255
RECURSO ESPECIAL – Código de Processo Civil, art. 535 – Violação de artigo – Tribunal Estadual – Decisão sem apreciação dos argumentos aduzidos pelo Estado – Anulação do acórdão recorrido – Superior Tribunal de Justiça – Prolagos S/A	454

REGIME ESPECIAL – Consulta – PSTP Brasil Ltda. – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Suspensão – Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000 – Parecer nº 69/07-FDL	393
Requerimento – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Processo de industrialização – Saída de mercadoria – Decreto Estadual nº 35.220, de 15 de abril de 2007 – Processo Administrativo nº E-34/137117/2007 – Parecer nº 04/JAFS/PG-03/2007	354
RELAÇÃO HOMOAFETIVA – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Pensão previdenciária – Habilitação – Lei Estadual nº 5034, de 29 de maio de 2007 – Processo Administrativo nº E-01-70842/2003 – Parecer nº 02/07-MFL/MASR	384
RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS – Medicamentos – Fornecimento gratuito – Judicialização excessiva – Constitucionalismo – Saúde pública – Sistema Único de Saúde – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Parecer s/nº/2007	320
RENAME ver Relação Nacional de Medicamentos	
REPARAÇÃO INTEGRAL – Código Civil, art. 944, parágrafo único – Responsabilidade civil – Presunção de culpa – Indenização – Quantificação – Desproporcionalidade	69
REPRESENTAÇÃO INTERPRETATIVA – Litigiosidade – Excesso – Súmula vinculante – Efeito vinculante – Atipicidade – Súmulas – Supremo Tribunal Federal – Separação dos Poderes – Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006	119
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Dano ambiental – Infração ambiental – Responsabilidade administrativa – Responsabilidade objetiva – Teoria do risco – Princípio da culpabilidade	255
Reparação integral – Código Civil, art. 944, parágrafo único – Presunção de culpa – Indenização – Quantificação – Desproporcionalidade	69
Responsabilidade patrimonial – Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Omissão de fiscalização – Julgamento de contas – Separação dos poderes	154
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL – Responsabilidade civil – Estado – Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Omissão de fiscalização – Julgamento de contas – Separação dos poderes	154
RESPONSABILIDADE PÓS-CONTRATUAL – Obrigações – Pós-eficácia – Pós-eficácia aparente – Pós-eficácia virtual – Eficácia continuada – Regime jurídico – Código Civil – Princípios sociais – Contratos – Boa-fé – Equilíbrio contratual	203
RIOPREVIDÊNCIA ver Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro	

RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS – Cláudio Roberto P. Marques – André Cantanhede Amélio – Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) – Licenciamento Ambiental – Via férrea	437
— Flávio de Araújo Willeman – Ação Civil Pública – Obrigação de não fazer – Não suspender e/ou reduzir unilateralmente o fornecimento e distribuição de gás natural – Indenização de danos materiais e morais em face aos consumidores	462
ROYALTIES DE PETRÓLEO – Cobrança – Fiscalização – Autonomia federativa – Constituição Federal, art. 20, § 1º – Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 8º	286
RUBEN FLORES DAPKEVICIUS – El poder disciplinario en Uruguay	266

S

SANÇÃO DISCIPLINAR – Uruguai – Conceito – Princípios – Poder disciplinar – Direito Penal	266
SANDRA MARIA DO COUTO E SILVA – Jorge Rubens Folena de Oliveira – Dos <i>Royalties</i> do Petróleo: o princípio federativo e a competência dos Estados para editarem leis sobre sua cobrança e fiscalização	286
SAÚDE PÚBLICA – Sistema Único de Saúde – Relação Nacional de Medicamentos – Medicamentos – Fornecimento gratuito – Judicialização excessiva – Constitucionalismo – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Parecer s/nº/2007	320
SEPARAÇÃO DOS PODERES – Súmula vinculante – Efeito vinculante – Atipicidade – Excesso de litigiosidade – Representação interpretativa – Súmulas – Supremo Tribunal Federal – Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006	119
— Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Estado – Responsabilidade patrimonial – Responsabilidade civil – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Omissão de fiscalização – Julgamento de contas	154
SEQUESTRO DE VALORES – Precatórios – Fazenda Pública – Inclusão orçamentária – Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 – ADCT, art. 48	25
SERVIÇO PÚBLICO – Água e esgoto – Prolagos S/A – Inadimplência – Embargo de declaração – Omissão de interesse – Código de Processo Civil, art. 535, II – Recurso Especial nº 1.018.557-RJ	433
SERVIDOR PÚBLICO – Aposentadoria – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Carreira – Conceito – Processo nº E-14/10220/2007 – Parecer nº 04/2004-FDCB	376
— Previdência Social – Pecúlio <i>post mortem</i> – Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – Processo nº E-01/703.109/2002 – Parecer nº 01/2007-APSE	361

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – Medicamentos – Fornecimento gratuito – Judicialização excessiva – Constitucionalismo – Saúde pública – Relação Nacional de Medicamentos – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Parecer s/nº/2007	320
SÚMULA VINCULANTE – Efeito vinculante – Atipicidade – Excesso de litigiosidade – Representação interpretativa – Súmulas – Supremo Tribunal Federal – Separação dos Poderes – Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006	119
SUS ver Sistema Único de Saúde	
SUSTAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS – Tribunal de Contas – Natureza jurídica – Competência – Aplicação de penalidade – Julgamento de contas – Omissão de fiscalização – Separação dos poderes – Responsabilidade patrimonial – Responsabilidade civil – Estado	154

T

THIAGO C. ARAÚJO – Pode o bispo andar em “L”? Quando os princípios são aplicados sem regras	291
TRIBUNAL DE CONTAS – Natureza jurídica – Competência – Estado – Responsabilidade patrimonial – Responsabilidade civil – Aplicação de penalidade – Sustação de atos e contratos – Omissão de fiscalização – Julgamento de contas – Separação dos poderes	154

U

UENF ver Universidade Estadual do Norte Fluminense	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – Servidor público – Aposentadoria – Carreira – Conceito – Processo Administrativo nº E-14/10220/2007 – Parecer nº 04/2004-FDCB	376